|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **FPROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2023**  **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023**  **CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO**  **OBJETO:**  Contratação de serviços para a locação dos coletores de dados para tratamento e frequência dos servidores da CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO – CMOP, de forma eletrônica, incluindo: locação de ponto eletrônico com Biometria, leitor de cartão de proximidade smart Card, com leitor biométrico para a coleta do ponto, com o fornecimento de todos os insumos necessários ao funcionamento do mesmo; Instalação, importação das biometrias já existentes no banco de dados do relógio atual, configuração, treinamento e suporte técnico local e remoto; Serviços para atender as demandas da Câmara Municipal De Ouro Preto.  **Site de acesso ao PREGÃO ELETRÔNICO**:  <https://bllcompras.com/Home/Login>  **Site de acesso para cadastro/acesso ao usuário** - BLLCOMPRAS  <https://bllcompras.com>  **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** O **preço médio estimado do certame é de R$ 13.071,20** (treze mil, setenta e um reais e vinte centavos)   |  |  | | --- | --- | | INÍCIO REC. PROPOSTAS – 06/12/2023 8:30 | FIM REC. PROPOSTAS |   **FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 18/12/2023 08:30**  **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  Dia  **18/12/2023** às **9 h (horário de Brasília)**  **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  Menor preço por lote  **MODO DE DISPUTA:** aberto  **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM** |

**EDITAL**

**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023**

Torna-se público que a Câmara Municipal de Ouro Preto, por meio do Presidente nomeado para o Biênio 2023/2024, José Geraldo Muniz, sediada a Praça Tiradentes, n° 41, Centro, Ouro Preto/Minas Gerais, CEP:35.400.000 realizará licitação, na modalidade PREGÃO, RETIFICADO no formato ELETRONICO, nos termos da 8.666/93, bem como o Decreto 10.024/2019, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. **DO OBJETO**

**1.1** O objeto da presente licitação é Contratação de serviços para a locação dos coletores de dados para tratamento e frequência dos servidores da CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO – CMOP, de forma eletrônica, incluindo: locação de ponto eletrônico com Biometria, leitor de cartão de proximidade smart Card, com leitor biométrico para a coleta do ponto, com o fornecimento de todos os insumos necessários ao funcionamento do mesmo; Instalação, importação das biometrias já existentes no banco de dados do relógio atual, configuração, treinamento e suporte técnico local e remoto; Serviços para atender as demandas da Câmara Municipal De Ouro Preto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

* 1. A licitação será por menor preço por lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
   1. Poderão participar deste Pregão eletrônico os interessados que atenderem a todas as exigências constantes neste edital e seus anexos e que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
   2. – A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
   3. – O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
   4. – A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.
   5. – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.6 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.7 – A participação no Pregão, no Formato Eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

2.8– Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

2.9 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.10 – Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

* 1. - Não poderão disputar esta licitação:
     1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

* + 1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
    2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
    3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
    4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
    5. agente público do órgão ou entidade licitante;
    6. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
    7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
    8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
  1. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
  2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
  3. A participação neste certame implica a aceitação de todos as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

**3. A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

* 1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento[[1]](#footnote-1).
  2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
  3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
  4. Na apresentação da proposta inicial, o licitante declarará que:
     1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
     2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7°, XXXIII, da Constituição](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm#art7);
     3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm);
     4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
  5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art16) 3º da Lei 8.666/93.
  6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda,  que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art3), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido no [art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art42) 43 do [**DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.024-2019?OpenDocument)**.**
  7. A ordem de classificação ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
  8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4. DAS PROPOSTAS**

4.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2 – O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

4.8 As propostas deverão conter os seguintes elementos:

a)a denominação ou razão social da licitante, endereço completo, telefone, endereço eletrônica (e-mail), CNPJ da empresa, dados bancários, assim como: nome, CPF, carteira de identidade, endereço e profissão, para fins de assinatura/retirada do instrumento contratual;

b) a oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

c) preço cotado com valores unitários, totais por item em algarismos e por extenso. Em caso de discordância entre os preços unitários, prevalecerão os primeiros. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos;

d) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data prevista para a abertura das propostas. Caso a empresa apresente prazo menor que o estipulado, será desclassificada;

e) Declaração expressa, que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração,

materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

4.9 Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

4.10 Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas. Os erros, equívocos ou omissões havidas nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade da proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e consequente desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

4.11 O licitante vencedor deverá apresentar, no prazo de 24 horas, contado da data da sessão em que se divulgar o resultado do certame, a proposta, adequando os preços ao novo valor proposto.

4.12 Vencido o prazo sem a entrega da proposta adequada, o Pregoeiro poderá adequar os valores da proposta vencedora, o que implicará na submissão da licitante.

4.13 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

4.14 A apresentação da proposta implicará em plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.15 Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados

como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

4.16 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos.

4.17 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.18 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.19 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.20 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.21 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos promovendo, quando requerido, sua substituição.

1. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, no formato ELETRÔNICO, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em
   3. conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3 Serão desclassificadas as propostas que O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

* + - 1. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
      2. contiverem vícios insanáveis;
      3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
      4. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável
      5. apresentarem qualquer forma de identificação da proponente (exemplos: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros) será motivo de desclassificação da proposta.
      6. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

* 1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **item 5.6**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
  2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.10 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada, com acompanhamento por todos os participantes.

5.11 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

* 1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
  2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.14 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro

5.15 O lance deverá ser ofertado pelo valor por item. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.16 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro

5.17 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.18 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.19 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema

5.20 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavo).

5.21 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, também chamado de margem de lances, poderá ser alterado pelo pregoeiro durante a sessão, caso o mesmo perceba deliberado excesso de morosidade por parte dos licitantes na disputa.

5.22 A alteração da margem de lances será informada pelo pregoeiro por meio do sistema de mensagens da plataforma

5.23 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

5.24 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.25 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.26 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.27 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar se-á automaticamente.

5.28 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.29 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.30 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante

5.31 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.32 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.33 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.34 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.35 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

5.36 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.37 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.38 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto

5.40 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior

5.41 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.42 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

5.43 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.44 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto em lei, assegurando-se á preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

a) No País;

b) Por empresas brasileiras;

c) Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

5.45 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas

5.46 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.47 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.48 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.49 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

1. **DA FASE DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

* 1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm#:~:text=%C3%A0s%20seguintes%20comina%C3%A7%C3%B5es%3A-,Art.,n%C2%BA%2012.120%2C%20de%202009).).
  2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
  3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
  4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
  5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
  6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
  7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá́ ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
     1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
     2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
  8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

1. **DA DESCLASSIFICAÇÃO** 
   1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
   2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
   3. a hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
   4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
   5. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
   6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
   7. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo objeto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
   8. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência
   9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
   11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
   12. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
   13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
   14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
   15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
2. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**
   1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos do art. 40 do Decreto 10.024/19.
   2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-ﬁnanceira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
   3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
      1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% A 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
   4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada no cartório competente.
   5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no art. 40, Parágrafo único do Decreto 10.024/19.
   6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
   7. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
   8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
   9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
      1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
   10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
       1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
   11. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes apresentaram simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
   12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
       1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
       2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
   13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.
       1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
       2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
   14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro, com ajuda da equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eﬁcácia para fins de habilitação e classificação.
   15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
   16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
   17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8538.htm#art4)).
   18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
   19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
   21. **Poderá ser realizada a inclusão de documento ausente**, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha. Para tanto o pregoeiro e sua equipe de apoio, convocarão o participante a encaminhá-los, em formato digital, anexado ao campo “documentos complementares” na própria plataforma, **no prazo de 30 (trinta) minutos, sob pena de inabilitação**.
   22. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
   23. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
   24. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
   25. **A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser anexada a plataforma, como documento complementar, no prazo de 02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
   26. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Fornecedora, se for o caso.
   27. – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Fornecedora.
   28. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
   29. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
   30. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**9. DOS RECURSOS**

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art165) 44 do Decreto 10.024/19.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.4 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.5 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.7 Os recursos serão encaminhados em campo próprio no sistema.

* 1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos; .
  2. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
  3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
  4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
  5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
  6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Ouro Preto, <http://cmop.mg.gov.br>, bem como no sistema eletrônico onde foi realizado o certame.

1. **DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA** 
   1. – A sessão pública poderá ser reaberta:
      * 1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
        2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
   2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
   3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
2. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
3. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
   1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme Art. 24 do Decreto 10.024/19.
   2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
   3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do seguinte endereço eletrônico: [licitacoes@cmop.mg.gov.br](mailto:licitacoes@cmop.mg.gov.br), bem como no sistema eletrônico.
   4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
      1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade competente nos autos do processo de licitação.
   5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
4. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
   1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
      1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
      2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
         1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
         2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
         3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
         4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
      3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
         1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
      4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
      5. fraudar a licitação;
      6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
         1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
         2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
         3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
      7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
      8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm#art5).
   2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
      1. advertência;
      2. multa;
      3. impedimento de licitar e contratar e
      4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
   3. Na aplicação das sanções serão considerados:
      1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
      2. as peculiaridades do caso concreto;
      3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
      4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
      5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
   4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
      1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
      2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
   5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
   6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
   7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ouro Preto, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
   8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4,13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar
   9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Câmara Municipal de Ouro Preto.
   10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
   11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
   12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
   13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
   14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
5. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
   1. Será divulgada ata da sessão no site da CMOP e na íntegra, no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Ouro Preto, <<https://cmop.mg.gov.br>> bem como no sistema eletrônico, na página da BLL: <https://bllcompras.com/Home/Login>
   2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
   3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
   4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
   10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
       * 1. ANEXO I - Termo de Referência
         2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Ouro Preto, 30 de novembro de 2023

**José Geraldo Muniz**

**Presidente da CMOP**

**ANEXO I - Termo de Referência**

**1. OBJETIVO**

Estabelecer as características técnicas mínimas obrigatórias para a prestação de serviços com fornecimento de relógios de ponto eletrônico, com leitor biométrico e respectivo software de comunicação, gerenciamento de coleta de dados para o tratamento de ponto, e outros itens necessários à implantação da coleta e gerenciamento eletrônico da frequência dos servidores públicos da Câmara Municipal de Ouro Preto – MG.

**2. JUSTIFICATIVA**

Com a visão de gestão pública da administração atual, voltada para a eficiência e eficácia das atividades e utilização adequado e racional dos recursos, é de extrema importância a continuidade da ferramenta de coleta, apuração, tratamento, registro de assiduidade no histórico funcional e reflexos na folha de pagamento de todos os servidores da Câmara Municipal de Ouro Preto.

A importância do tratamento do ponto dos servidores com o registro eletrônico de frequência:

• Verificar o efetivo cumprimento de carga horária dos servidores;

• Realizar pagamento dos servidores com base no registro da frequência automatizada;

• Ampliar os mecanismos de gestão de pessoal, evitando acordos informais;

• Fidedignidade dos registros, mantendo os dados registrados pelos servidores;

• Disponibilizar aos gestores um controle mais efetivo da jornada de seus subordinados;

• Atender as necessidades e exigências oriundas do e-Social.

**3****. OBJETO**

3.1. Contratação de serviços para a locação dos coletores de dados para tratamento e frequência dos servidores da CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO – CMOP, de forma eletrônica, incluindo: locação de ponto eletrônico com Biometria, leitor de cartão de proximidade smart Card, com leitor biométrico para a coleta do ponto, com o fornecimento de todos os insumos necessários ao funcionamento do mesmo; Instalação, importação das biometrias já existentes no banco de dados do relógio atual, configuração, treinamento e suporte técnico local e remoto; Serviços para atender as demandas da Câmara Municipal De Ouro Preto;

**3.2. Tabela de Quantitativo:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Descrição Serviços** | **Quantidade** |
| **Relógios de ponto com biometria e leitor de cartão de proximidade smart card,** para coleta de ponto por biometria digital, incluindo Hardware, com implantação, configuração, treinamento, manutenção, e suporte técnico, com o fornecimento de todos os insumos necessários ao funcionamento do mesmo conforme especificação nesse Termo de Referência. | 24 |
| **Software de Gestão de Ponto Web.**  Implantação do Software de Gestão e validação On-line de Marcações de Ponto que deverá validar em tempo real todas as marcações realizadas pelos colaboradores da Câmara Municipal de Ouro Preto – MG. | 1800 |

3.2.1. O local para instalação dos relógios será no prédio da Câmara Municipal de Ouro Preto, localizado na Praça Tiradentes, 41 – Centro – Ouro Preto MG.

**4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

Os serviços a serem prestados devem seguir a seguinte especificação:

**4.1. SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO:**

4.1.1. Implantação e configuração dos relógios, softwares, sistemas e dispositivos, assim como a importação das biometrias atuais para o novo equipamento, promovendo compatibilidade com as biometrias atuais evitando assim novo cadastramento biométrico.

4.1.2. Treinamento dos operadores/gestores do sistema, quanto ao uso e funcionalidades dos relógios e softwares, conforme demanda;

4.1.3. Integração com a base de dados cadastrais do software da folha de pagamento utilizado pela CMOP;

**4.2. Serviços Continuados:**

4.2.1. Locação de ponto eletrônico novos, com leitor biométrico digital e tecnologia de cartão proximidade Mifare com software web service integrado aos mesmos;

4.2.2. Manutenção preventiva, corretiva ou substituição de equipamentos defeituosos, de forma a garantir a ininterruptibilidade do serviço;

4.2.3. Suporte técnico aos equipamentos e sistemas, de forma presencial, no horário de funcionamento da CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, sempre que solicitado, e de forma on-line (acesso remoto, e-mail, telefone) disponível aos gestores / operadores do sistema, a fim de manter todo o serviço em operação;

4.2.4. Coleta automática e on-line dos registros de ponto em cada equipamento instalado;

4.2.6. Fornecimento de todos os insumos necessários para o funcionamento do equipamento;

**4.3. PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR OS SEGUINTES RECURSOS:**

**4.3.1. RELÓGIOS DE PONTO ELETRÔNICO:**

4.3.1.1. Os relógios de ponto eletrônico deverão ser por biometria com leitor digital e tecnologia cartão proximidade Mifare que atenda as especificações deste termo de referência;

4.3.1.2. O equipamento para coleta de ponto deverá ser uma solução única, de um único fabricante e possuir integração nativa entre todos os módulos funcionais, inclusive entre as ferramentas de tecnologia, sem a necessidade de execução de rotinas (automáticas ou não) para compatibilização de dados e sem necessidade de redundância de processos;

4.3.1.3. Os equipamentos deverão ser novos e sem uso anterior e estar em linha normal de produção (apresentar atestado de produção ativa dos equipamentos);

4.3.1.4. Coletores resistentes a impactos, compatível com a instalação em ambientes de circulação pública;

4.3.1.5. Deve permitir o registro do funcionário com precisão em até 2 segundos;

4.3.1.6. A coleta dos dados de entradas e saídas dos usuários deverão ser feitas diariamente com remessa automática e on-line ao Software Gerenciador de Ponto Eletrônico;

4.3.1.7. Realiza o monitoramento, em tempo real, das condições operacionais apontando eventuais erros ou indisponibilidades;

4.3.1.8. O coletor possui sensor biométrico com rejeição de dedo falso (dedos de silicone) e alta tecnologia para leitura da digital;

4.3.1.9. Permite a criação de perfis de marcação por grupo de equipamentos. Ou seja, o usuário poderá registrar seu ponto em qualquer um dos equipamentos em que ele esteja cadastrado, de acordo com definição da administração;

4.3.1.10. Na falta de energia elétrica, permite realizar marcações por no mínimo 2 horas em uso e 04 horas em Standy-by;

4.3.1.11. Capacidade de operação para a quantidade de 1000 (mil) servidores por coletor, no mínimo;

4.3.1.12. Memória biométrica com capacidade de armazenamento para no mínimo 2.000 digitais ou seja 2 duas por servidor;

4.3.1.13. Deve ter bateria ou nobreak interno e não deve depender de conexão com outro equipamento externo para a marcação do ponto;

4.3.1.14. Emitir sinalização sonora e visual para confirmação de registro com apresentação do nome do servidor, ou o número da matrícula;

4.3.1.15. Emitir sinalização sonora diferenciada para sinalizar a marcação de ponto efetuada com sucesso ou com erro de reconhecimento;

4.3.1.16. O equipamento deverá possuir relógio de tempo real, apresentando mostrador mínimo de hora e minuto;

4.3.1.17. Capacidade de operar em temperaturas ambientes, compreendidas, no mínimo entre 5 e 40 graus;

4.3.1.18. Possui suporte para fixação do equipamento, se necessário;

4.3.1.19. Capacidade de realizar automaticamente a virada de dia, semana e mês, sem perder a data e a hora configurada (calendário perpétuo);

4.3.1.20. Capacidade de realizar a programação automática para horário brasileiro de verão;

4.3.1.21. Capacidade elétrica bivolt na faixa de 90~240VAC;

4.3.1.22. Possui capacidade de armazenamento das marcações com manutenção de no mínimo 20.000.000 de registros, por um período de 05 (cinco) anos, mesmo quando o equipamento for desligado;

4.3.1.23. Capacidade de armazenar as marcações em memória quando em modo off-line;

4.3.1.24. Os itens descritos que compõem o equipamento, tais como: visor de LCD, teclado numérico com teclas físicas em alto relevo, leitores biométricos, interface de comunicação e bateria devem ser integrados ao relógio de ponto;

4.3.1.25. Atender à demanda de no mínimo 1.000 servidores ativos, sendo no mínimo 500 por equipamento;

4.3.1.26. Deve possuir pelo menos 03 (três) tipos de leitura para a identificação do funcionário: Cartão de Proximidade padrão Mifare, biometria de digitais (LFD) e autenticação por senha;

4.3.1.27. Permitir que a CONTRATANTE possa configurar, a forma de registro de ponto;

4.3.1.28. Deve informar ao sistema de gestão de ponto qual a biometria mais nova cadastrada do usuário quando efetuar o novo cadastro;

4.3.1.29. Deve possuir no mínimo conexão via rede Ethernet TCP/IP 10/100Mbps e de dados móveis nativo (3G ou 4G/GPRS) e WI-FI; não será aceito adaptadores de rede e ou dispositivos que não sejam parte integrante do relógio;

4.3.1.30. Deve manter somente as últimas biometrias do funcionário efetuado no último cadastro, por exemplo, foram castrados dois dedos inicialmente de um funcionário, por algum motivo este funcionário precisou recadastrar sua biometria e será recadastrado apenas 1 dedo novamente, o equipamento deve entender que está sendo feito um novo cadastro e manter apenas essa última biometria cadastrada apagando automaticamente a outras 2 biometrias antigas para garantir sempre melhor performance nos equipamentos e mantendo sempre a biometria necessária;

4.3.1.31. O novo equipamento que substituirá o equipamento danificado deverá ser configurado com as mesmas características técnicas e operacionais do equipamento anterior, devendo inclusive receber todas as biometrias cadastradas para o equipamento, e ter conectividade imediata sem a necessidade de novos cadastros dos servidores e suas biometrias;

4.3.1.32. O Relógios locados devem realizar sincronização automática de dados dos equipamentos, sem intervenção humana, sem agendamentos, sem necessitar de computadores ligados para efetuar esta coleta, apenas com uma comunicação simples de internet;

4.3.1.33. Fornecimento de todos os insumos necessários para o funcionamento do equipamento, assim como disponibilizar 1 equipamento de backup que ficará em poder da Diretoria de TI da CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO para uso em caso de impossibilidade do relógio principal;

4.3.1.34. Possibilidade de personalização no visor LCD de inserção do nome do local de instalação.

4.3.1.35. O equipamento deve possuir integração total com o software de controle de acesso da portaria para uso das biometrias já cadastradas, e controle de frequência a ser ofertado a Câmara Municipal de Ouro Preto, mantendo as biometrias do banco de dados atual;

**4.4. SOFTWARE DE GESTÃO DE PONTO WEB.**

4.4.1. O Software de Gestão e validação On-line de Marcações de Ponto deverá validar em tempo real todas as marcações realizadas pelos colaboradores da Câmara Municipal de Ouro Preto – MG;

4.4.2. Permitir a atualização de perfis de acesso de acordo com a hierarquia funcional constante no Sistema de RH utilizado pela Câmara Municipal de Ouro Preto- MG, identificando as chefias imediata e mediata e todos os seus subordinados de tal forma que cada um tenha acesso, somente aos seus subordinados para fins de gerenciamento;

4.4.3. Fornecimento de módulos de criação de escala por meio de modulo WFM - WORKFORCE MANAGEMENT - GESTÃO DE ESCALAS.

4.4.4. A solução deve possuir módulo de WFM – Gestão de escalas para ser utilizada pela equipe de planejamento para fazer o dimensionamento otimizado de seus recursos humanos;

4.4.5. Este módulo deve ser integrado ao sistema de gestão de assiduidade e pontualidade dos servidores e empregados públicos, que possua no mínimo as seguintes funcionalidades;

4.4.6. Deve permitir que o gestor de RH crie e organize escalas de trabalho e folgas através de acesso controlado por perfil;

4.4.7. A solução deve permitir que as escalas sejam enviadas ao funcionário via e-mail, ou ainda através de link para acesso via WEB, com as escalas de todas as pessoas do seu departamento;

4.4.8. Permitir alteração de escalas já criadas e distribuídas aos servidores e empregados públicos;

4.4.9. Possui local para visualizar histórico de todas as escalas publicadas;

4.4.10. Permitir agrupar funcionários em grupos específicos, mesmo que de outros departamentos, associando a estes uma escala específica;

4.4.11. Permitir selecionar uma equipe ou grupo de funcionários para criação da nova escala;

4.4.12. Permitir selecionar o mês e ano para criação da escala, permitir seleção de período em dias da escala a ser criada;

4.4.13. Permitir selecionar uma equipe ou grupo de funcionários que farão parte desta escala;

4.4.14. Permitir a seleção de Jornadas pré-definidas, onde deve ser possível escolher entre Escala (hora inicial – hora final), Folgas e Abonos ou Afastamentos;

4.4.15. Permitir marcar os dias da nova escala em calendário, do tipo marcar e arrastar, sem necessidade de digitação, evitando assim erros de lançamento;

4.4.16. Possuir mecanismos de validação para alguma restrição na criação da escala;

4.4.17. Possuir local adequado para visualização das publicações de todas as escalas, apresentando ao menos, nome do responsável, status da publicação, data da publicação, link para visualizar o detalhamento da escala;

4.4.18. Permitir o controle e criação de restrições, para no mínimo, as seguintes funcionalidades;

4.4.19. Permitir escolher o tipo da restrição como: DSR, FOLGA, INTER JORNADA, QUANTIDADE DE SERVIDORES E AFASTAMENTOS;

4.4.20. Permitir identificar se uma restrição é do tipo: CLT, INTERNA OU SINDICAL;

4.4.21. Permitir configurar de quanto em quanto tempo haverá um DSR;

4.4.22. Permitir identificar quais os servidores e empregados públicos ou grupos de servidores e empregados públicos receberão a restrição;

4.4.23. Permitir a gestão de folgas para servidores e empregados públicos, contendo no mínimo as seguintes funcionalidades;

4.4.24. Permitir a criação de condições para conceder a folga;

4.4.25. Permitir associar um nome descrição para a regra de folga a ser criada;

4.4.26. Permitir associar o número de dias de trabalho para que a folga seja concedida;

4.4.27. Permitir escolher o tipo de folga na regra: Folga simples, Domingo, feriado etc.;

4.4.28. Permitir escolher o número de dias concedidos em função do número de dias trabalhados e tipo de folga;

4.4.29. Permitir que se crie várias condições, ou sub regras, para a criação da regra;

4.4.30. Este controle deve identificar automaticamente, em função das informações lançadas, o total de dias de descanso trabalhados e o total folga concedida;

4.4.31. Permitir escolher se as folgas serão usadas pelos servidores ou empregados públicos, após período de férias;

4.4.32. Permitir identificar, no caso da folga não ser gozada após as férias, em quantos dias poderá iniciar seu uso pelo servidor ou empregado público;

4.4.33. Possuir listagem de regras de folgas, geradas com possibilidade de alteração pelo responsável;

4.4.34. Possuir meios de agrupar regras de folga pra facilitar o controle e reutilização de regras pelo RH;

4.4.35. Possuir local adequado para listagem de Grupos de Regras, com pelo menos: Nome da Regra, Descrição da regra, Vigência, se é proveniente de Sindicato, se é referente aos domingos, feriados ou DSR;

4.4.36. Possuir ferramenta para migração da primeira carga de folgas, em ambiente que dispense programação, através de interface WEB, usando arquivo CSV para importação, contendo as seguintes informações: Matrícula, Dia do Trabalho, Prazo, Data da Folga, Status da Folga;

**4.4.37. APLICATIVOS COLABORADOR.**

4.4.38. Dispor de aplicativo móvel (APP) para no mínimo os sistemas operacionais Android e IOS, para que os servidores possam consultar suas marcações;

4.4.39. O aplicativo deverá estar integrado com software de tratamento de ponto, apresentando fielmente as marcações dos servidores;

4.4.40. Permitir acesso às marcações pelo dispositivo móvel, através do qual os servidores devem ter acesso a informações relativas às batidas/registros de entrada e saída diárias, possibilitando a visualização de qualquer período;

4.4.41. Permitir habilitar mensagens a serem enviadas ao aplicativo dos servidores, como POR EXEMPLO lembretes para que registrem as marcações referente aos intervalos e outros recados;

4.4.42. Permitir o envio de Requerimentos de abonos, atestados e esquecimentos via aplicativo móvel, possibilitando selecionar o dia e período do afastamento e anexar fotos e comprovantes via aplicativo;

4.4.43. APLICATIVO MÓVEL PARA GESTÃO DE EQUIPES EXTERNAS. - Para registro de ponto dos servidores externos, ou que exercem atividades com deslocamento contínuo e/ou demais necessidades especiais. Aplicativo para registrar seu ponto através de tablets e celulares para no mínimo os sistemas operacionais Android e IOS, contendo no mínimo as seguintes funções básicas;

4.4.44. Registro de ponto através de reconhecimento da biometria facial do servidor, permitindo o registro de ponto, para servidores que estiverem autorizados, através de tablets e celulares via Biometria Facial e ou Biometria, podendo ser individual e/ou coletivo o registro por dispositivo;

4.4.45. Necessário autenticar a aplicação antes do uso, mediante chave de ativação, e controlar os servidores autorizados a receberem as marcações;

4.4.46. Permitir o registro do período total de trabalho ou do tempo de execução de tarefas específicas, fornecendo indicações de posição por meio de tecnologias de LBS (Location Based Services);

4.4.47. O aplicativo deverá estar integrado com software de tratamento de ponto, de forma a enviar as marcações de ponto para o software de tratamento automaticamente (sem necessidade de intervenção ou coleta dos registros);

4.4.48. O sistema deverá informar a localização georreferencia (mostrar no mapa) do funcionário no momento do registro, facilitando o controle e garantindo a presença do funcionário no local desejado;

4.4.49. Deve permitir a Criação de áreas de atuação georreferenciada dos servidores, alertando registros fora das áreas demarcadas;

4.4.50. Após cada registro de ponto, o aplicativo deve informar se o ponto foi registrado ou não, informando a data e hora registrada exibindo ticket virtual;

**4.4.51. APLICATIVO MÓVEL GESTOR**

4.4.52. O sistema deve possuir aplicativo para ser executado em dispositivos móveis como smartphones e tablets compatíveis com Android e IOS, a fim de facilitar para os gestores, o tratamento de ponto e acompanhamento da presença de suas respectivas equipes;

4.4.53. Permitir a verificação do saldo de horas positivas e negativas de sua equipe

4.4.54. Permitir visualizar o saldo por funcionário;

4.4.55. Local para visualizar todas as justificativas de sua equipe;

4.4.56. Disponibilizar as justificativas enviadas pela sua equipe, possibilitando ainda a aprovação/rejeição de forma automática das justificativas pelo próprio aplicativo;

4.4.57. CENTRAL MONITORAMENTO DA PRESENÇA DOS SERVIDORES - Este módulo deve permitir o monitoramento e visualização georreferenciada em tempo real dos servidores ou empregados públicos, através de um painel com no mínimo as seguintes funcionalidades:

4.4.58. Permitir a criação de categorias de função de trabalho, para serem associadas aos postos de trabalhos no mapa;

4.4.59. Permitir a criação de posto de trabalho, com áreas demarcadas através de coordenadas geográficas para batida de ponto pelos servidores ou empregados públicos;

4.4.60. Possuir cadastro de informações relativas ao posto de trabalho com no mínimo:

4.4.61. Endereço completo da localização do posto de trabalho;

4.4.62. Nome do posto de trabalho;

4.4.63. Nome do grupo que faz parte o posto de trabalho;

4.4.64. Permitir associar os servidores ou empregados públicos ao posto de trabalho;

4.4.65. Possuir função de captura de endereços para postos de trabalho de forma automática através do CEP;

4.4.66. Permitir a criação de grupos ou agrupamentos de postos de trabalho identificados por nome a ser definido pelo administrador do sistema, onde:

4.4.67. Deve permitir associar uma ou várias categorias de função de trabalho;

4.4.68. Permitir a associar aos grupos, um ou vários servidores ou empregados públicos;

4.4.69. Apresentar mapa com todos os postos de trabalho existentes;

4.4.70. Apresentar em mapa georreferenciado os servidores ou empregados públicos ausentes e presentes;

4.4.71. Permitir incorporar o mapa com os postos de trabalho no site do órgão através de instrução HTML;

4.4.72. Emitir alertas para o gestor dos servidores ou empregados públicos ausentes;

4.4.73. Quantidade de equipamentos “On Line”;

4.4.74. Quantidade de equipamentos “Off Line”;

4.4.75. Quantidade de equipamentos em Manutenção;

**4.5. Treinamento**

4.5.1. A empresa contratada deverá fornecer treinamento presencial, teórico e prático para no mínimo 04 e máximo de 10 operadores, abrangendo no mínimo:

4.5.1.1. A operacionalização dos equipamentos e suas funções;

4.5.1.2. Operacionalização do software de gerenciamento e controle dos relógios, abrangendo TODO o funcionamento do sistema, tais como: cadastros nos relógios, dentre outros e como lidar com possíveis problemas;

4.6.2. Os treinamentos deverão ser presenciais e suficientes para o perfeito entendimento e utilização de todos os produtos que compõem a solução, respeitando aspectos técnico- pedagógicos adequados ao público-alvo.

4.6.3. Os treinamentos deverão ser ministrados em idioma português do Brasil.

4.6.4. Os treinamentos serão realizados nas dependências da CONTRATANTE, onde deverão ser disponibilizados, pela CONTRATADA os equipamentos e materiais necessários;

**5. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**

5.1. Da Disponibilidade:

5.1.1. O sistema de ponto deverá ter a disponibilidade mensal de 99,8% do tempo;

5.2. Do suporte e manutenção:

5.2.1. A contratada deverá disponibilizar canais de comunicação que permitam a criação de chamados de manutenção e suporte para os usuários;

5.2.1.1. Os canais de comunicação deverão ser:

5.2.1.1.1. Canal telefônico;

5.2.1.1.2. Sistema próprio da contratada de abertura de chamado;

5.2.2. Cada chamado deverá possuir um número identificador que permita o devido rastreio;

5.2.3. Os chamados deverão ser atendidos em prazos de acordo com a definição abaixo:

5.2.3.1. 24 horas para solução problemas que impeçam o funcionamento completo do sistema;

5.2.3.2. 48 horas para solução de problemas que não comprometam o funcionamento do sistema;

5.2.3.3. 72 horas para solução em problemas de registradores de ponto no distrito sede;

5.2.3.4. Todos os prazos acima passam a contar a partir da abertura do chamado;

1. **PROVA DE CONCEITO DA SOLUÇÃO**

6.1. A prova de conceito será realizada nas dependências da CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO/MG.

6.2. A data e horário da prova de conceito serão previamente agendados com a licitante vencedora, pela Comissão julgadora.

6.3. Toda a infraestrutura de hardware e software necessária para a demonstração do atendimento aos requisitos é de responsabilidade do Licitante.

6.4. Caberá a CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO apenas a disponibilização do local físico para a realização da prova prática de conceito e teste do Hardware.

6.5. A prova será executada e julgada pelos membros da Comissão designada através de portaria.

6.6. Caberá ao Licitante recomendar a ordem da Prova de Conceito;

6.7. Condições de reprovação da Prova Conceito;

6.8. Não comparecimento para execução da prova na data e hora marcada;

6.9. Não atendimento de no mínimo 90% (noventa por cento) dos itens 4.3.1 e todos seus subitens, e 4.4.1 e todos os seus subitens;

Após a demonstração do sistema, a Comissão emitirá um parecer quanto ao atendimento ou não, conforme item 5 da Prova de Conceito;

a) Caso o parecer da Comissão ateste o atendimento de todos os requisitos do Termo de checagem, a empresa será declarada vencedora do certame.

b) Caso o parecer da Comissão ateste o não atendimento de um ou mais requisitos do Termo de checagem, a empresa será desclassificada. A licitante classificada em Segundo lugar será convocada para apresentação e assim sucessivamente.

**7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

7.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR VALOR GLOBAL.

7.2. A proposta de preços deverá conter:

a) Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

b) Modalidade e número da licitação;

c) Especificação do objeto licitado, sendo obrigatório constar a marca e modelo dos equipamentos;

d) O valor global e unitário dos itens constantes na tabela de quantitativos do item 4, bem como os valores das mensalidades;

7.3. A licitante deverá realizar demonstração do funcionamento dos equipamentos ofertados e comunicação com o software devendo atender no mínimo 75% dos itens exigidos no termo de referência. O não atendimento a qualquer dos itens descritos no TR desclassifica automaticamente a proponente, a título de amostra e para fins de verificação prévia da conformidade das características técnicas com as especificações do TR - Termo de Referência;

7.4. A aprovação na apresentação técnica não exime a contratante de averiguar durante a implantação dos equipamentos, o atendimento às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;

7.5. A arrematante do certame deverá ter perícia necessária para executar os serviços técnicos contratados, ter conhecimento técnico das soluções para promover ações necessárias ao integral cumprimento do objeto e demonstrar domínio das tecnologias contratadas;

7.6. Possuir recursos ferramentais suficientes para o bom funcionamento do serviço; como canais de atendimento: On-Line e Inloco.

7.7. A empresa fornecedora deverá comprovar, através de Atestado de Capacidade Técnica emitido por entidade pública ou privada, possuir competência técnica para os serviços, produtos e atividades pertinentes e compatíveis com os dispostos neste termo de referência para (locação de equipamentos e serviços);

7.8. Será facultado às empresas interessadas, para perfeito conhecimento do objeto licitado a realização de vistoria técnica para colher informações que considerarem pertinentes para a formulação de suas propostas, especialmente as características das instalações físicas, do ambiente de operacionalização e dos locais onde os produtos serão instalados;

7.9. As vistorias técnicas serão previamente agendadas pela CONTRATANTE;

7.10. Não serão aceitas alegações posteriores advindas de desconhecimento das condições prediais, das características do ambiente de operacionalização, das máquinas nas quais os produtos serão instalados ou de processos que as ferramentas irão suportar, não detectados quando da vistoria ou por falta de realização de vistoria, por parte da CONTRATADA.

**8. QUANTIDADES**

|  |  |
| --- | --- |
| ITEM | **Descrição Serviços** |
| 1 | **Relógios de ponto com biometria e leitor de cartão de proximidade smart card,** para coleta de ponto por biometria digital, incluindo Hardware, com implantação, configuração, treinamento, manutenção, e suporte técnico, com o fornecimento de todos os insumos necessários ao funcionamento do mesmo conforme especificação nesse Termo de Referência. |
| 2 | **Software de Gestão de Ponto Web.**  Implantação do Software de Gestão e validação On-line de Marcações de Ponto que deverá validar em tempo real todas as marcações realizadas pelos colaboradores da Câmara Municipal de Ouro Preto – MG. |

**9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado, até 30 (trinta) dias após a emissão da respectiva nota fiscal, aprovada pelo Departamento de TI da Câmara, bem como da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante a apresentação das certidões negativas de débito.

**10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Dotação: 01.01.01.01.031.0001.2003.3.3.90.39.00 Ficha: 22

**11. PRAZOS**

11.1. Serviços de Implantação: Em até 30 (trinta dias) dias corridos contados a partir da ordem de execução;

11.2. Serviços Continuados: deverão ser prestados durante os 12 (doze) meses de vigência do contrato, podendo ou não ser prorrogados, a critério da Contratante;

11.3. Em caso de defeitos dos equipamentos, a contratada deverá, em 48 (quarenta e oito) horas após a abertura do chamado, substituir o item defeituoso e/ou prover a solução do problema relatado, sem qualquer ônus adicional à contratante;

**12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

12.2. A Contratada responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da prestação dos serviços contratados;

12.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

12.4. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante todo o processo de aquisição;

12.5. Colocar a disposição do CONTRATANTE os meios necessários à comprovação da qualidade dos materiais permitindo a verificação de sua conformidade com a sua descrição;

12.6. Fixar os equipamentos nos locais indicados pela Contratante efetuando as conexões, instalações e outros procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos;

12.7. Caso não seja possível o reparo imediato dos equipamentos instalados a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamentos substitutos nas mesmas especificações dos substituídos até que os reparos nos equipamentos danificados sejam solucionados;

12.8. Responsabilizar pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes venham porventura ocasionar à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução dos serviços, autorizando a CONTRATANTE a abater o valor correspondente dos pagamentos devidos;

12.9. Manter documentação comprobatória da qualificação dos profissionais alocados na execução dos serviços e disponibilizar essa documentação à CONTRATANTE, sempre que solicitada;

12.10. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus profissionais alocados na execução dos serviços;

12.11. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus profissionais durante a execução do contrato, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;

12.12. Repor, obrigatoriamente, todas as peças, equipamentos ou acessórios que apresentarem defeito e que não puderem ser reparadas, durante o tempo do contrato;

12.13. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

12.14. Tratar com sigilo e confidencialidade e não fazer uso de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, modelos, diagramas e dispositivos relativos aos serviços

contratados, utilizando-os exclusivamente para as finalidades previstas no Termo de Referência, não podendo revelá-los ou facilitar sua revelação a terceiros;

12.15. Ao final do contrato a contratada fornecerá os dados do software e todos os registros necessários para transmissão a uma nova situação de acompanhamento de ponto;

12.16. A CONTRATADA deverá ser responsável por manter atualizada a base de dados em nuvem, conforme o Sistema Corporativo da CONTRATANTE;

12.17. Deverá ser importado os dados cadastrais do sistema da folha de Pagamento utilizado pela CONTRATANTE, sendo a CONTRATADA responsável por prover as interfaces e integrações necessárias à migração;

12.18. Todas as parametrizações ou customizações, incluindo as alterações de funções existentes na solução ofertada e o desenvolvimento de novas funções a fim de atender todos os requisitos indicados neste documento, necessárias para o correto funcionamento do software e seus componentes, deverão ser executadas em conformidade com as normas vigentes da CONTRATANTE;

12.19. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

12.20. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

12.21. Consideram-se incluídas nos preços contratados todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes do fornecimento e instalação do objeto, tais como: tributos incidentes; taxas de administração; aquisição de materiais (suportes, cabos de dados, conectores, cabos elétricos, condutes, tomadas e etc.); encargos sociais e trabalhistas; fretes e seguros; custos operacionais e com logística de qualquer natureza e outros que se fizerem necessários ao correto fornecimento do objeto.

**13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Cumprir integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2. Permitir o acesso da empresa a ser contratada nas suas dependências, seja para fornecer os bens comprados, como para prestar a garantia técnica, destinada à correção de problemas/defeitos de fabricação e mau funcionamento dos bens comprados, devidamente identificados pela CONTRATANTE e informados ao Centro de Atendimento Técnico da empresa, em observância às condições contratadas.

13.3. Acompanhar, fiscalizar e atestar a conformidade relativa ao fornecimento do objeto.

13.4. Indicar os profissionais e as Gerências Fiscalizadoras da execução do objeto, que acompanharão, fiscalizarão e atestarão o fornecimento do objeto, na forma da Lei.

13.5. Rejeitar, e em decorrência de tal, devolver o objeto já fornecido, total ou parcialmente, solicitar que sejam empreendidas pela empresa a ser contratada, sob a sua exclusiva responsabilidade, correções e/ou adequações, na medida em que o fornecimento do objeto apresente qualquer inconformidade ou não atenda às necessidades específicas da CONTRATANTE.

13.6. Zelar sob a sua exclusiva responsabilidade pela boa conservação dos bens adquiridos;

13.7. Solicitar formalmente a empresa a ser contratada, em razão do cumprimento da garantia técnica, junto ao seu Centro de Atendimento Técnico, a correção de problemas/defeitos de fabricação e/ou de mau funcionamento;

13.8. Solicitar e facilitar o acesso da contratada para a realização das instalações no local especificado pela CONTRATANTE, responsabilizando-se pela instalação e fornecimento dos pontos de rede e de energia para cada equipamento que se fizer necessário;

13.9. Notificar a licitante vencedora, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento;

13.10. Preparar o expediente referente ao pagamento;

13.11. Orientar a Licitante Vencedora quanto ao fornecimento dos suprimentos;

13.12. Acompanhar e fiscalizar a qualidade, quantidade e entrega dos suprimentos;

13.13. Reserva-se a CONTRATANTE o direito de rejeitar os suprimentos quando julgar que não estejam nas condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme previsto no art. 76 da Lei 8.666/93, ficando a Licitante Vencedora responsável por recolher e refazer a entrega sem nenhum ônus para a Câmara, e num período não superior a 48 horas;

13.14. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;

13.15. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho dos serviços contratados;

13.16. Disponibilizar local para treinamento a ser ministrado pela CONTRATADA;

**15. DO CONTRATO**

A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, para o exercício do ano de 2024.

**16. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

Para o presente instrumento contratual fica designado para o papel de Gestor de Contrato, o Sr. Denilson da Silva Maciel, Diretor de TI da Câmara Municipal de Ouro Preto, e para o papel de fiscal, fica designado o servidor Reinaldo Vitor Pedroso, Analista de Sistemas.

**17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

17. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que:

17.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3 fraudar na execução do contrato;

17.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5 cometer fraude fiscal;

17.1.6 não mantiver a proposta;

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2 multa moratória de 0,01% (um centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 0,3% (três décimos por cento);

17.2.2.1 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

17.2.3 multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.3.1 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

17.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

17.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993;

17.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Ouro Preto, 28 de novembro de 2023.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Denilson da Silva Maciel**

**Diretor de Tecnologia da Infomação/CMOP**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura da autoridade competente**

**ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023**

TIPO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

ÓRGÃO REQUISITANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO – DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Contratação de serviços para a locação dos coletores de dados para tratamento e frequência dos servidores da CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO – CMOP, de forma eletrônica, Contrato nº XX/XX. Processo Licitatório n° 15/2023. Pregão Eletrônico n° 09/2023

A CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, com sede a Praça Tiradentes, nº41, na cidade de Ouro Preto/MG, inscrita no CNPJ/MF nº 19.146.752/001-93, neste ato representada por seu Presidente para o Biênio 2023/2024 José Geraldo Muniz, portador da Matrícula Funcional n°1616, residente e domiciliado a Rua Rodrigo Silva, nº 155, Vila aparecida, Ouro Preto/MG, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro  **xxxxxxxxxxxx** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxx  sediado(a) rua xxxxxxxxxxxxxx,  Bairro xxxxxxxxxx, cidade/estado doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a).XXXXXXXXXX , em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo licitatório nº 15/2023, Pregão eletrônico nº 09/2023 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços para a locação dos coletores de dados para tratamento e frequência dos servidores da CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO – CMOP, de forma eletrônica, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Ouro Preto.

**1.2** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital n° 15/2023 e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1** O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

**2.1.1** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

**2.2** A prestação dos serviços será iniciada com a ordem de serviço;

**2.3** A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

1. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

**3.1** O valor total da contratação é de R$ xxxx (xxxxxxx).

**3.2** Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

01.01.01.031.0001.2003.3.3.90.39.00 – FICHA 22, do orçamento vigente da CÂMARA MUNICIPAL e dotações correspondentes aos exercícios vindouros

**4.2** As despesas no exercício vindouro observarão a dotação correspondente, segundo as regas da Lei Federal n°.4.320/1964 e da Lei Federal n°8.666/1993

1. **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 O pagamento será efetuado, até 30 (trinta) dias após a emissão da respectiva nota fiscal, aprovada pelo Departamento de TI da Câmara, bem como da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante a apresentação das certidões negativas de débito.

5.2 Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a CONTRATADA deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Câmara Municipal de Ouro Preto, CNPJ n.º 19.146.752/0001-93, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada;

5.3 Havendo erro na nota fiscal, planilha ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, pelo representante da CÂMARA MUNICIPAL e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras;

**5.4** Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CÂMARA MUNICIPAL;

1. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.**

**6.1** - Os preços unitários contratuais serão passíveis de recomposição de valores, de forma a manter o equilíbrio financeiro do contrato, sempre que o mercado assim o determinar, quando então será(ao) utilizado(s) o índice e critério(s) legalmente adequado(s), com base em pesquisa junto a institutos oficiais.

**6.2** - Os preços unitários, eventualmente a serem revistos, deverão fazer-se mediante solicitação da detentora ao Departamento de Compras e Patrimônio, acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

1. **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1)** Constituem obrigações da CÂMARA MUNICIPAL:

a) Indicar o responsável pela fiscalização, solicitando à LICITANTE VENCEDORA, sempre que achar conveniente, informações sobre o fornecimento dos equipamentos;

b) Fornecer todas as informações necessárias com clareza para o fiel cumprimento do objeto deste contrato;

c) Efetuar o pagamento correspondente a entrega realizada nas condições contratadas;

d) Notificar a LICITANTE VENCEDORA por escrito, irregularidade encontrada na prestação de serviço, fixando-lhe prazo para corrigi-la;

e) Aplicar sanções motivadas, pela inexecução total ou parcial do contrato, incluída advertência, suspensão do direito de licitar com a Câmara Municipal de Ouro Preto e declaração de inidoneidade.

**8.CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1** Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA obrigar-se-á a:

a) Arcar com toda e quaisquer despesas relativas ao fornecimento, dentre elas carga, descarga, armazenagem, frete, transporte, e encargos decorrentes do contrato, notadamente no que se refere a salários, obrigações previstas na legislação trabalhista e previdenciária, resultantes dos contratos de trabalho do pessoal empregado direta ou indiretamente na execução do objeto;

b) Responsabilizar-se pelas demais exigências oriundas da legislação federal, estadual e municipal, aplicáveis à matéria, devendo exibir quitadas, sempre que solicitadas e por ocasião dos pagamentos, as guias de recolhimento do INSS e FGTS, sob pena de retenção dos créditos a que tiver direito;

c) Responsabilizar-se por quaisquer danos que, na execução

do contrato ou instrumento equivalente, causar à CÂMARA MUNICIPAL ou a terceiros, por motivo de dolo ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia);

d) cumprir com as condições e especificações previstas no Termo de Referência,

e) Tomar os cuidados necessários quanto ao fornecimento dos serviços, obrigando-se a repor, por sua conta, sem ônus para a CÂMARA MUNICIPAL, todo aquele que julgar fora da especificação constante do objeto do contrato;

f) Permitir a fiscalização por parte da CÂMARA MUNICIPAL do fornecimento do objeto a ser adquirido, o qual poderá, inclusive, recusar aqueles que estiverem em desacordo com os termos do contrato ou instrumento equivalente, sendo que a reincidência do fato poderá levar a suspensão do fornecimento, sem que caiba qualquer indenização à LICITANTE VENCEDORA;

g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

h) Cumprir rigorosamente todas as especificações contidas no Edital e na Proposta apresentada.

I) No ato da entrega a fornecedora poderá ter um preposto que responda pela mesma, para acompanhar a conferência do serviço.

J) Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega do objeto.

1. **CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

a) Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

b) Efetuar a entrega do veículo, nas condições e especificações previstas no Termo de Referência,

c) Tomar os cuidados necessários quanto a prestação do serviço, obrigando-se a repor, por sua conta, sem ônus para a CÂMARA MUNICIPAL, todo aquele que julgar fora da especificação constante do objeto do contrato;

d) Permitir a fiscalização por parte da CÂMARA MUNICIPAL

entrega do objeto a ser adquirido, o qual poderá, inclusive, recusar aqueles que estiverem em desacordo com os termos do contrato ou instrumento equivalente, sendo que a reincidência do fato poderá levar a suspensão do contrato, sem que caiba qualquer indenização à LICITANTE VENCEDORA;

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

1. **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**9.1.1 Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**9.1.2 Multa de**:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2%, por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo:

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

**9.1.3** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**9.1.4** Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

* + 1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**9.2.** As sanções previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.4 e 9.1.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**9.3.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2 a seguir:

**Tabela 1**

|  |  |
| --- | --- |
| **GRAU** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

**Tabela 2**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |

**Para os itens a seguir, deixar de:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 5 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 6 | Cumprir quaisquer dos itens do Convite e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 7 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Convite/contrato; | 01 |

**9.4** Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

**9.4.1** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**9.4.2** tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**9.4.3** demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**9.5** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**10.6** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**9.7** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**9.8** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Câmara Municipal poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**9.9** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

1. **CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO**
   1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

**10.1.1** por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993;

**10.1.2** amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993;

**10.1.3** judicialmente, nos termos do art. 79, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

**10.2** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

* 1. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c. De indenizações e multas.

1. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES**

**11.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 e seguintes da nº 8.666, de 1993.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO**

**12.1** Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, nos termos da lei.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO**

**13.1** O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Ouro Preto.

**13.2** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Ouro Preto, xx de xx de xx.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**José Geraldo Muniz – Presidente**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Representante legal da Empresa**

**“PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS – PROPOSTA”**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023**

**TIPO: Menor preço por lote**

Prezados,

Declaramos aceitos os termos do Pregão Eletronico n.º 15/2023, apresentando-lhes nossa proposta parao(s):

|  |
| --- |
| Objeto: Contratação de serviços para a locação dos coletores de dados para tratamento e frequência dos servidores da CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO – CMOP, de forma eletrônica, incluindo: locação de ponto eletrônico com Biometria, leitor de cartão de proximidade smart Card, com leitor biométrico para a coleta do ponto, com o fornecimento de todos os insumos necessários ao funcionamento do mesmo; Instalação, importação das biometrias já existentes no banco de dados do relógio atual, configuração, treinamento e suporte técnico local e remoto; Serviços para atender as demandas da Câmara Municipal De Ouro Preto. |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| LOTE 1 | | | |  |
| ITEM | **Descrição Serviços** | **Qtde** | **Valor un.** | **Valor total** |
| 1 | **Relógios de ponto com biometria e leitor de cartão de proximidade smart card,** para coleta de ponto por biometria digital, incluindo Hardware, com implantação, configuração, treinamento, manutenção, e suporte técnico, com o fornecimento de todos os insumos necessários ao funcionamento do mesmo conforme especificação nesse Termo de Referência. | 24 |  |  |
| 2 | **Software de Gestão de Ponto Web.**  Implantação do Software de Gestão e validação On-line de Marcações de Ponto que deverá validar em tempo real todas as marcações realizadas pelos colaboradores da Câmara Municipal de Ouro Preto – MG. | 1800 |  |  |
|  | VALOR TOTAL - Lote 1 | | | R$ |

**O valor global é de R$ -------( )**

Ouro Preto, XX de XX de 2023.

O prazo de validade dessa proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura das propostas.

Declaramos ainda, que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital.

**MODELO I**

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023**

**TIPO: Menor preço por lote**

A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da proponente), CNPJ nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (s) (sócios ou diretores com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), declara, sob as penas da lei, que cumpre **plenamente os requisitos de habilitação** definidos no Edital do processo licitatório do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2023 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO – Nº 09/2023,** da Câmara Municipal de Ouro Preto, a teor do art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

LOCAL, DATA.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Apor carimbo padronizado do CNPJ da empresa

**MODELO II**

**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023**

**TIPO: Menor preço por lote**

A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da proponente), CNPJ nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (s) (sócios ou diretores com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), nomeia e constitui seu(s) Procurador (es) o Senhor (es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplo(s) e geral (ais) poderes para, junto à CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO/MG, praticar os atos necessários com vistas à participação do outorgante na licitação, modalidade Pregão Presencial, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, **podendo inclusive, assinar propostas e credenciais,** dando tudo por bom, firme e valioso.

Por ser verdade, datamos e firmamos a presente

LOCAL, DATA.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Apor carimbo padronizado do CNPJ da empresa

**(Reconhecer firma)**

**MODELO III**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023**

**TIPO: Menor preço por lote**

A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da proponente), CNPJ nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (s) (sócios ou diretores com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório do **PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 15/2023 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO – Nº 09/2023** da Câmara Municipal de Ouro Preto, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

LOCAL, DATA.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Apor carimbo padronizado do CNPJ da empresa

**MODELO IV**

**“MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 27, V DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023**

**TIPO: Menor preço por lote**

A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da proponente), CNPJ nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (s) (sócios ou diretores com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto maiores de quatorze anos na condição de aprendiz.

LOCAL, DATA.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Apor carimbo padronizado do CNPJ da empresa

1. [↑](#footnote-ref-1)